

Brasil na marcha ré do mundo no controle de armas

Com a obstinação do governo federal em promover nova corrida armamentista, a capacidade de controle e rastreamento de armas e munições tende a colapsar

Ivan Marques

3 de março de 2021

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



O Gabinete de Intervenção Federal faz entrega à Polícia Militar de fuzis no Quartel do 1º Batalhão de Guarda, em São Cristóvão, na zona norte do Rio de Janeiro

O governo brasileiro se esforça para consolidar sua posição de pária no mundo. Para além da política externa extravagante e a conduta isolada no combate à pandemia global de Covid-19, o país também vem ficando cada vez mais sozinho no cenário internacional quando se trata de política de controle de armas de fogo e munições.

Ironicamente, da mesma maneira como já foi mundialmente reconhecido por seu programa de vacinação, o Brasil também já foi considerado referência em sua capacidade de produzir normas e mecanismos eficientes no controle e rastreamento de seu arsenal civil e governamental.

Foi aqui que se tornou exitosa, a partir de 2005, por exemplo, a política de marcação de munições vendidas às forças de segurança, o que reconhecidamente facilita o rastreamento no caso de eventuais desvios. Também se mostraram frutíferas as parcerias entre

órgãos de controle, como a Polícia Federal, Exército Brasileiro e a indústria de munições CBC, na criação de sistemas de controle de venda (Sicovem) e de produção de armas e munições (Sicofa).

Ainda que essas ferramentas possam apresentar desgaste no tempo em sua eficiência e utilidade, é inegável o avanço na construção de políticas públicas robustas para regular um produto que, obviamente, deve ser controlado.

No entanto, essa política que um dia foi referência, acabou por desgastar-se e sofrer com a falta de investimento, manutenção e atualização. Com o tempo, foi esmorecendo, e hoje opera com poucos avanços, funcionando pela boa vontade de alguns servidores públicos e com o que foi consolidado ainda no começo dos anos 2000. Para emprestar metáfora da saúde: sobrevive com ajuda de aparelhos.

Com a obstinação do governo federal em promover nova corrida armamentista no país e sabotar qualquer possibilidade de reforço desta política, a capacidade de controle e rastreamento de armas e munições tende a colapsar de vez.

Por outro lado, enquanto o Brasil anda para trás nesse campo, há um movimento global contrário, propondo e criando mecanismos capazes de conter desvios e o tráfico ilícito de armas e munições por meio de cooperação internacional, aumento na fiscalização da fabricação e venda, e aprimoramento do poder de monitoramento de armas em circulação.

Não há necessidade de ir tão longe para encontrar boas práticas recentes no tema. O Peru, por meio de sua agência de controle de armas e munições (a Sucamec, equivalente ao poder somado do Sinarm e Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro), editou norma que obriga todas as armas vendidas a passar por registro de identificação balística.

Isso significa que, antes de chegar às mãos de cidadãos ou policiais, todas as armas deixam sua “impressão digital” registrada em banco de dados nacional. Assim, é possível conectar cada projétil disparado à arma que o efetuou, fazendo com que investigações criminais sejam facilitadas no caso de crime com arma de fogo.

A tecnologia de indexação balística não é nova. Alguns estados brasileiros como Bahia e Pará já a detém há anos. No entanto, como todo bom banco de dados, ela só se torna eficiente se há um universo considerável de registros, algo que só é possível no Brasil se a política fosse adotada nacionalmente. O famigerado pacote anticrime do finado ministro Sergio Moro até avançou no tema, mas não houve nenhum seguimento após a aprovação da lei.

A Argentina, país com tradição de caça, também traz bons exemplos no controle de munição. Naquele país há distinção normativa para atender as especificidades de cada usuário, havendo limitação na quantidade e tipo de munição, dependendo de sua finalidade. Para um caçador de javali, cuja quantidade de disparos é pequena, restringe-se a quantidade permitida de munições deste calibre. No caso de caça a aves ou pequenos animais, permite-se a venda em maiores quantidades dos calibres correspondentes.

No entanto, a inovação legislativa argentina vem no controle de munição à disposição do cidadão. Por lei, há um limite de quantidade por ano, assim como no Brasil, mas proíbe-se o acúmulo ou estoque doméstico. Assim, para comprar mais munições é preciso gastar as compradas anteriormente. A lei penal responsabiliza aqueles que, caso fiscalizados, tenham limites superiores ao permitido por arma e calibre.

Ainda que difícil de implementar, a lei argentina divide a responsabilidade de controle de munições em circulação com o usuário final. A finalidade é evitar grandes estoques domésticos e o fluxo de munições do mercado legal para o ilegal. É algo que facilmente poderia ser adotado e implementado no Brasil.

Outro exemplo eficaz no rastreamento de munições vem da República Dominicana. A ilha caribenha, que não possui fábrica no país, passou a exigir que toda munição importada venha com marcação de seu importador gravada em cada unidade. Dessa forma, ao deparar-se com estoques deixados em cenas de crime, sabe-se por onde começar a investigação e determinar o ponto de desvio. Vencido o lobby dos importadores e proprietários de armas, estabeleceu-se uma das principais políticas de rastreamento de munições nas Américas.

Por fim, vale lembrar os esforços crescentes de cooperação entre órgãos governamentais para melhorar o combate ao tráfico ilícito de armas e munições. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos têm se esforçado na criação e implementação de normas do direito internacional e de grupos de trabalho específicos para conter os efeitos das armas na América Latina, região que mais sofre no mundo com a violência armada.

Porém, os melhores resultados têm sido fruto de cooperações bilaterais ou interagências. Vem da Colômbia exemplo de esforço combinado entre forças policiais (repressivas e investigativas), Exército, indústria e organismos policiais internacionais (Interpol, ATF, Europol), para identificação e rastreamento de armas e munições. O *Grupo Rastreo de Armas*, como é chamado em espanhol, tem sido ativo e efetivo para dismantelar contrabando e grupos do crime organizado no país.

O uso da cooperação internacional para impulsionar a retirada de armas ilegais de circulação também não é novidade no histórico de êxito de nossas políticas de controle de armas. Em 2018, graças aos esforços diplomáticos do Brasil junto aos Estados Unidos e Paraguai, foi instaurada proibição ao país vizinho na importação de armas até que este desenvolvesse capacidade de controlar seu comércio. O resultado foi sentido na diminuição relevante de apreensões de armas vindas do Paraguai – como demonstrado nos relatórios dos anos subsequentes das polícias Federal e Rodoviária Federal, cujos dados estão consolidados no último Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Exemplos de boas práticas para diminuição da violência armada existem, nacionais e estrangeiros. Os esforços institucionais, somados à evolução da tecnologia, mostram que é possível avançar até com poucos investimentos de ordem financeira, bastando interesse, foco e liderança. Não parece ser o caso do governo brasileiro atualmente.

Ivan Marques

Advogado, presidente da coalização internacional Control Arms e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/seguranca-no-mundo1/xaf5bfgxon>

